

Relação entre os alunos da sala comum e os alunos da sala de recursos multifuncionais através da ótica dos professores

Relationship between common room students and multifunctional resource room students through teachers' optics

Osni Oliveira Noberto da Silva

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade do Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Líder do Grupo de estudos, pesquisa e extensão em Educação Especial e Educação Física adaptada (GEPEFA).

DOI: 10.47573/aya.88580.2.54.9

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar e discutir a relação existente entre os alunos que frequentam a Sala de Recursos Multifuncionais e os outros alunos da sala de aula comum das escolas regulares municipais do território do Piemonte da Diamantina, Bahia. Os sujeitos participantes foram 36 professores, sendo apenas um do sexo masculino, escolhidos através do seguinte critério: tenham lecionado há pelo menos um ano em salas de recursos multifuncionais de escolas da rede municipal. Esses sujeitos foram selecionados em nove municípios do centro-norte do estado da Bahia. Através das entrevistas com os professores foi possivelmente observar que essa relação ainda é conflituosa, levando em muitos casos a episódios de Bullying sofridos pelos alunos da SRM. Entretanto, algumas experiências de melhora dessas convívio tem conseguido êxito, muito por conta de palestras, informação constante, visando diminuir a falta de esclarecimento e consequentemente a pré-conceito.

Palavras-chave: atendimento educacional especializado. salas de recursos multifuncionais. trabalho docente.

ABSTRACT

The aim of this paper was to analyze and discuss the relationship between students attending the Multifunctional Resource Room and other students in the common classroom of the Piedmont da Diamantina, Bahia state regular schools. The participants were 36 teachers, only one male, chosen according to the following criteria: have been teaching for at least one year in multifunctional resource rooms of municipal schools. These subjects were selected from nine municipalities in the north-central state of Bahia. Through interviews with teachers it was possible to observe that this relationship is still conflicting, leading in many cases to bullying episodes suffered by SRM students. However, some experiences of improving these relationships have been successful, largely due to lectures, constant information, aiming to reduce the lack of clarity and consequently the preconception.

Keywords: specialized educational service. multifunction resource rooms. teaching work.

INTRODUÇÃO

Em 1994 na cidade de Salamanca, Espanha foi organizada pela Unesco pela Conferência Mundial sobre necessidades educativas, que teve como produto final o documento conhecido como Declaração de Salamanca.

A importância história desse documento foi a de reconhecer internacionalmente a necessidade de alterar, entre outras coisas, o paradigma educacional para uma nova proposta de inclusão que deveria ser iniciada nas escolas regulares para uma futura transformação na sociedade como um todo.

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (SASSAKI; 1997, p.3).

Assim, a escola deverá ser um local de acolhimento e respeito as diversidades, de modo que alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais tenham condições de se desenvolver do ponto de vista social e educacional, necessitando obviamente em alterações nas estruturas físicas, materiais, humanas e gerenciais das escolas regulares.

Autores como Carvalho (2004) enfatizam que os ganhos de uma escola inclusiva vão muito além dos obtidos para os alunos com deficiência, mas sim para a comunidade escolar de forma geral:

(...) as escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos. Sob essa ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentem dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento (CARVALHO, 2004, p.29).

Esse convívio com a diversidade, com o “outro ser” considerado diferente, ajuda tanto os alunos com deficiência quanto os alunos “ditos normais”, haja vista que, como destacado por Guimarães (2018) no momento em que se conhece e entende um determinado assunto o medo do desconhecido é eliminado e conseqüentemente a discriminação é atenuada. E ainda de acordo com o autor:

Pode-se dizer que a educação inclusiva é favorável não só para o público-alvo da Educação Especial, mas também aos educandos que têm dificuldade no processo de ensino-aprendizagem, já que todos têm direito de frequentar uma escola pública de qualidade e ter suas necessidades específicas de aprendizagem atendidas pela instituição. Além disso, a educação inclusiva possibilita uma convivência com a diversidade que contribui para o desenvolvimento do respeito e o combate ao preconceito (pág. 80).

Além disso, essa interação gera um elemento de grande importância para o próprio desenvolvimento humano e para aprendizagem, que é a afetividade, como explicado por Ribeiro (2017, p. 17-18):

A afetividade cria laços de amor, amizade e deve ser um elemento marcante na relação professor-aluno e também nas relações com todo o corpo docente da escola. A escola precisa construir uma relação afetiva com os alunos e, principalmente, o professor, que está diretamente em contato com os mesmos no cotidiano, precisa fazer do espaço da sala de aula um lugar favorável a mudanças, a questionamentos e à inclusão. É importante levar em consideração que em uma sala de aula os alunos precisam de relações afetivas para que possam se desenvolver e, dessa maneira, lidar com as diferenças de cada indivíduo que nela se encontra. (...) Assim, a afetividade está diretamente ligada às emoções sentidas pelo ser humano, emoções essas que fazem parte de seu cotidiano, do local em que está inserido. No caso da escola, a afetividade influencia todo o processo educacional do aluno e essa relação de afeto está baseada em saber incluir o outro independente de sua deficiência

Assim, concordando com a mesma autora, as interações que ocorrem na sala de aula e que influenciam todo o processo educacional, também fazem parte da materialização de inclusão escolar, haja vista que a relação tanto do professor-aluno quanto aluno-aluno são parte inerentes e importantes para a construções sociais que virão para estes indivíduos no resto de suas vidas.

E no caso específico da relação dos alunos com deficiência com os alunos da sala regular merece uma atenção especial. Isso porque um dos elementos importantes para a materialização do processo de inclusão é o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Essa modalidade de atendimento focado em uma gama determinada de alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais é balizado pelo Decreto nº 7.611 de 2011,

que em seu artigo 2º conceitua o AEE como:

(...) o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).

Neste caso, o aluno com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, assiste as aulas na sala comum e no turno oposto frequenta o AEE na Sala de Recursos Multifuncionais, que de acordo com Alves e seus colaboradores (2006), pode ser entendida como:

(...) espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (ALVES *et al*, 2006, p.15).

Assim, a Sala de Recursos Multifuncionais pode se tornar um elemento de estranhamento e até exclusão dos alunos que a frequenta por parte dos alunos da sala de aula comum.

Deste modo, levando em conta a relevância apresentada aqui acerca desse tema, o que justifica essa pesquisa que tem como objetivo analisar e discutir a relação existente entre os alunos que frequentam a Sala de Recursos Multifuncionais e os outros alunos da sala de aula comum das escolas regulares municipais do território do Piemonte da Diamantina, Bahia.

METODOLOGIA

Esta pesquisa de natureza exploratória e qualitativa buscou contribuir com um importante elemento das condições de trabalho docente, que é a relação deles e de seus alunos de AEE com os alunos das salas comuns.

Para isso, a coleta de dados se valeu de uma entrevista com questões abertas, mas orientadas e sem múltipla escolha, pois permite ao sujeito entrevistado falar livremente sobre o tema perguntado, expondo suas opiniões, sentimentos e particularidades (GIL, 2010).

Os sujeitos participantes foram 36 professores, sendo apenas um do sexo masculino, escolhidos através do seguinte critério: tenham lecionado há pelo menos um ano em salas de recursos multifuncionais de escolas da rede municipal. Esses sujeitos foram selecionados em nove municípios do centro-norte do estado da Bahia, a saber: Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova. Juntos concentram uma população de cerca de 270 mil habitantes, sendo 60% moradores da área urbana (IBGE, 2019).

As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas através da técnica de Hermenêutica Objetiva que visa esclarecer os elementos que estão implicados em um texto, pois segundo Vilela e Nápoles (2008) qualquer resultado advindo da prática humana de ação e reflexão é regido de acordo com as normas internas, pois nenhum produto criado pela práxis humana é arbitrário.

Respeitando a ética em pesquisa com seres humanos, na ida a campo, foi apresentado aos participantes um documento conhecido como Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(TCLE), além de manter as identidades dos participantes no anonimato, visando garantir a participação voluntária e o uso dos dados da entrevista para fins estritamente acadêmicos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir desse tópico são apresentadas e discutidas as falas coletadas das entrevistas com os 36 docentes. Seus nomes foram omitidos para preservar suas identidades e substituídas pela ordem numérica em que as entrevistas foram feitas, por exemplo: Docente 01, Docente 02, Docente 03 e assim sucessivamente.

O primeiro item a ser observado na seleção entre os alunos da sala comum e os alunos de AEE, segundo a ótica de seus professores, é o pré-conceito materializado na fala de alguns alunos, ao usar expressões como “doidinhas” para se referir aos alunos do AEE e “sala dos doidinhos” para se referir à Sala de Recursos Multifuncionais. Essa situação foi exposta por quatro docentes entrevistados.

Com os alunos não tem muito essa interação. Essa sala aqui fica muito fechada. É a sala tida como “a sala dos doidos”. O resto da escola não se importa muito. No ano de 2016 até que teve um projeto e envolvia os alunos do AEE. Mas esse ano foi muito diferente, porque mudou tudo, mudou direção (DOCENTE 18).

Não é fácil, é complicada ainda. Ano passado teve alguns avanços, mas nossos meninos são muito rejeitados. Sofrem mais violência verbal, são os “doidinhos”...isso deixa a gente um pouco triste (DOCENTE 20).

Tem alunos que a gente percebe que se dão muito bem, mas tem outros que a gente percebe o descaso com o tratamento. Eles chamam muito a sala do AEE de a “sala dos doidinhos” e a gente vai tentando desconstruir, a gente vai pra sala do regular, a gente tem aquela conversa (DOCENTE 21).

Os outros alunos pra receber um aluno desse já é outro problema. Não é todos que recebem com o mesmo olhar. “Pró, aqui é a sala dos doidinhos que a senhora atende? Eles são doentes é?”. Então a relação não é muito boa. Os outros alunos ainda ficavam fazendo bullying com eles por conta da deficiência. Eu tive que voltar desde o ano passado atender eles lá porque eles não queriam vir pra aqui (DOCENTE 26).

Tal situação gera uma estigmatização dos alunos do AEE por conta de sua condição. Dentro desse contexto utilizamos o conceito de estigma construído e desenvolvido por Goffman (1988):

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias (...) Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” (...) Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem (...) O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso (GOFFMAN, 1988, p. 5-6).

Ao relacionar a situação dos alunos de AEE relatada pelos professores com a explicação do autor, é possível afirmar que a Sala de Recursos Multifuncionais, ainda uma novidade e elemento estranho em muitas escolas, acaba sendo um estigma que se estende a todos os alunos que a frequentam. Desta forma ocorre uma relação simbólica em que os alunos de AEE são

posicionados em uma posição de inferioridade perante os outros alunos da sala de aula comum.

Deste modo, fica claro que os alunos frequentadores da SRM acabam passando por contínuas situações de exclusão, de modo que a competência deles parece estar à prova a todo o momento, independentemente do quanto de conhecimento tenham. Esta ideia é corroborada por Fernandes e Denari (2017):

Porque não basta ser escolarizado, possuir um diploma de ensino superior, com mestrado e doutorado; é preciso passar pelos concursos da vida, em que pessoas com suas subjetivações, mesmo olhando seu currículo, vão deduzir, afirmar e reproduzir friamente que você não é capaz de se estabelecer naquele lugar, ou simplesmente alegar em suas considerações um motivo torpe com a única finalidade de exclusão, de propor a este a subestimação e a condição de inferioridade (p. 79).

Esta situação tão séria que é comum que os alunos da SRM passam a internalizar tal estigma, como pode ser observado na fala da Docente 14:

É complicado porque tem um preconceito enorme, da parte dos próprios alunos com deficiência, por conta do que eles ouvem dos outros, que aqui é a “sala dos doidos”. A maioria nem frequenta, porque aqui tem 30 alunos matriculados, as frequentando mesmo são 15. Eles têm vergonha. A minha primeira aluna, ela tem baixa visão, quando entrou na sala ela fechou a porta. Eu perguntei a ela se ela preferia ficar de porta fechada. Ela disse “É porque aqui é a sala dos especiais né pró”. Eu percebi que ela tava com vergonha. Mas ela gostou da sala, da dinâmica, do trabalho que eu fazia com ela, do carinho que a gente passa pro aluno. Hoje ela já vem mais a vontade mas ela continua me dando queixa do que ouve na sala dela, por exemplo, ela se queixava que ficava depois da aula pra fazer a atividade do quadro, porque ela não enxergava direito e não se adaptou as lupas. Ela deixava pra fazer depois que os colegas saiam porque eles chamavam ela de ceguinha, mandando ela sair da frente porque ela ia pra perto do quadro. Mas com o trabalho que ela fez aqui na sala eu acredito que ela melhorou bastante, até essa relação com os colegas também (DOCENTE 14).

Assim, de acordo com Maciel (2007) é possível compreender porque os pais e mães acabam recorrendo a uma superproteção, na tentativa desesperada de evitar ou atenuar as consequências que a discriminação pode acarretar contra seus filhos que frequentam a SRM.

Esse estigma gerado pelo pré-conceito pode levar a casos de Bullying, em que os alunos da sala de aula comum aplicam nos alunos que frequentam a SRM, como pode ser notado na falta dos Docentes 19, 24, 31 e 35.

Eu não posso te falar muito sobre isso porque eu não convivo, não sei como as professoras lidam muito com eles, mas eu sei que os pais fazem muita reclamação de alguns professores e de alguns colegas que acabam fazendo bullying, batendo, machucando, provocando e colocando apelido, principalmente com aqueles alunos que tem TDAH¹ (DOCENTE 19).

No início existia bullying. Quando eles sabiam que determinado aluno participava da sala de atendimento surgia: “Ah, as salas dos doidos”, o estigma. Então não adianta que ainda, bem mais leve, mas ainda há. Então a gente fez um trabalho nas salas, vez ou outra a gente tá falando da importância do trabalho (DOCENTE 24).

No início, os alunos sofrem uma discriminação muito grande, um bullying muito grande. Os pais sentiam isso, “é a sala de loucos”, de crianças que não são normais. Inclusive fomos nós tivemos a ideia, de sair de sala em sala, explicando o que era a sala, quem eram os professores do AEE e o que essas crianças faziam lá. Eu diria que de uns cinco anos pra cá isso diminui muito (DOCENTE 31).

Caso de bullying tem sempre. Certa vez eu fui e chamei um aluno, ai o outro coleguinha falou assim: “vai lá pra sala dos doidos”. O professor poderia ter repreendido, mas se calou. Ai eu falei que não era sala dos doidos e repreendi aquele aluno (DOCENTE 35).

¹ Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade

De acordo com Lopes Neto (2005) o Bullying é um fenômeno existente no ambiente escolar e pode ser conceituado como sendo “todas as atitudes agressivas intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotada por um ou mais estudantes contra outro (s), causando dor e angústia, sendo executados dentro de uma relação desigual de poder” (p. 165).

Uma característica comum desse tipo de violência está no fato de que as vítimas frequentemente são aqueles indivíduos considerados fora do padrão estético e social considerados normais. Nesse caso, o aluno que frequenta a SRM acaba se transformando em uma vítima em potencial para sofrer Bullying.

Entretanto, também foram encontrados casos em que a relação entre os alunos da sala comum e os alunos da SRM foi considerada boa, de acordo com a fala de seis Docentes:

Os alunos são tranquilos, eles incluem legal, chamam eles, convida os alunos do AEE pra brincar com eles, senta junto, ajuda nas atividades (DOCENTE 08).

Trabalha muito em parceria. Tô aqui a 3 anos e nunca ouvi falar em bullying. O regular apoia muito os meninos (DOCENTE 10).

Ai eu acho interessante porque como a gente diz é um espelho se o professor ele debate, ele tenta construir isso com os alunos eles vão ter uma visão diferente, porque já ensinei uma, dei uma aula pra eles em LIBRAS ai quando chega daqui em 15 dias, que eu retorno ai penso assim: -Ah eles já esqueceram tudo. E quando chego lá eles estão conversando em LIBRAS entre eles, com o aluno, me recepcionam em LIBRAS (DOCENTE 34).

De acordo com três docentes, esse bom resultado nas relações entre os discentes foi conseguido graças a um trabalho contínuo de divulgação, esclarecimento, palestras, eventos com todos os sujeitos da escola, diminuindo assim o número de ações violentas e melhorando o respeito e a convivência:

No início quando nós entramos, que tinha uma proposta de educação para todos, tinha palestras com os alunos, os professores que trabalhavam na sala de recursos iam até os alunos pra motivar a inclusão. Esses alunos também vinham pra sala de recursos. Existia alunos do ensino regular que faziam trabalhos de monitoria (DOCENTE 12).

A minha escola é uma escola pequena. Já fizemos muito trabalho de conscientização, mobilização. Os alunos não discriminam, eles acolhem (DOCENTE 15).

É uma coisa muito relativa vai variar de professor e de turmas entendeu? O ano passado fizemos um trabalho sobre um projeto que nós abordamos temas relativos a deficiência física, visual, a cegueira e ai nos contemplamos da turma da educação infantil até a educação de jovens e adultos. Então para cada serie se discutia um tema, um vídeo, uma história. Então foi muito interessante mesmo. Então eu acredito que esses alunos que participaram então, tem uma visão diferente entendeu? Eles passam a ver de uma outra forma, nós explicamos e esclarecemos uma série de dúvidas. Por que o menino é surdo, ele jamais vai se referir “oh o surdinho” ou “o mudinho”. Foi uma discussão muito boa, acredito que fizemos a diferença na vida desse aluno (DOCENTE 32).

Vários estudos como os de Silva (2011), Oliveira (2015) e Silva et al (2018) corroboraram as falas dos professores entrevistados, à medida que deixam claro ser possível uma convivência respeitosa, pacífica e harmoniosa entre os alunos da sala comum e os alunos da SRM.

Os benefícios de uma boa relação entre os discentes são descritos por alguns autores, como Stainback e Stainback (1999) ao discutir sobre a socialização como elemento importante no processo de inclusão educacional. E ainda segundo os mesmos autores:

A principal razão para a inclusão não é que os alunos previamente excluídos estarão necessariamente se tornando proficientes em socialização, história ou matemática, em-

bora seja óbvio que nas turmas inclusivas há mais oportunidades para todos crescerem aprenderem. Ao contrário, a inclusão de todos os alunos ensina ao aluno portador de deficiências e a seus colegas que todas as pessoas são membros igualmente valorizados da sociedade, e que vale a pena fazer tudo o que for possível para poder incluir todos na nossa sociedade. O modo previamente aceito de se lidar com as diferenças nas pessoas era a segregação, que comunica a mensagem de que não queremos aceitar todos e que algumas pessoas não são dignas de esforços para serem incluídas (p. 250).

É possível fazer um paralelo com os achados no estudo de Silva (2011), onde descobriu que 70% dos professores entrevistados afirmaram que existiram uma boa receptividade dos alunos da sala comum com os alunos que vem da SRM, inclusive com o relato de que alguns colegas até aprenderam LIBRAS para se comunicar com um colega surdo.

Silva e seus colaboradores (2018) ratificam a importância dessa boa convivência, pois de acordo com os próprios autores, é através do convívio entre os diferentes que se aprende o respeito pelo próximo e pelas diferenças, além de fomentar a solidariedade e a cidadania essenciais para o bom convívio em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui neste momento conclusivo retomamos o objetivo do artigo que foi analisar e discutir a relação entre os discentes da SRM com os discentes da sala de aula comum. Através das entrevistas com os professores foi possivelmente observar que essa relação ainda é conflituosa, levando em muitos casos a episódios de Bullying sofridos pelos alunos da SRM.

Entretanto, algumas experiências de melhora dessas convívio tem conseguido êxito, muito por conta de palestras, informação constante, visando diminuir a falta de esclarecimento e consequentemente a pré-conceito.

Neste caso, acreditamos na importância de que os pesquisadores produzam mais estudos acerca dessa temática, inclusive levantando dados de outras cidades e estados do país.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira; GOTTI, Marlene de Oliveira; GRIBOSKI, Claudia Maffini; DUTRA, Claudia Pereira. Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Decreto nº 7.611/2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

CARVALHO, Rosita E. Educação Inclusiva com os Pingos nos Is. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos, DENARI, Fatima Elisabeth. Pessoa com deficiência: estigma e identidade. Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 26, n. 50, p. 77-89, set./dez. 2017.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUIMARÃES, Danielle Cristina Uilan; EVARISTO, Fabiana Lacerda; SILVA, Jakeline Santana. Concepção de pais e professores no processo inclusivo de alunos com autismo. *Educação*, v. 8, n. 1, p. 73-91, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Cidades. Em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>. Acessado em 10 de junho de 2019

LOPES NETO, Aramis A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria*, v.81, n.5, supl. p.s. 164-72, 2005.

MACIEL, Carolina Toschi. A construção social da deficiência. In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

OLIVEIRA, Naira Maria da Silva. O professor do atendimento educacional especializado: atuação e representações sociais. 49 p. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) Universidade de Brasília. Brasília – DF.

RIBEIRO, Larissa Oliveira Mesquita. A inclusão do aluno com deficiência visual em contexto escolar: afeto e práticas pedagógicas. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, v. 13, n. 1, 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *A inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Margaret do Rosário. Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva. 55 p. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) Universidade de Brasília. Brasília – DF.

SILVA, Michely Stephany Fernandes da; FONSECA, Géssica Fabiely, BRITO, Max Leandro de Araújo; SHITSUKA, Ricardo; SHITSUKA, Dorlivete Moreira. As crianças com deficiência na educação infantil: concepções e práticas pedagógicas. *Cadernos de pesquisa: pensamento educacional*, Curitiba, v. 13, nº 33, p. 299-315 jan./abr. 2018.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. *Inclusão: Um Guia para Educadores*. Porto Alegre, RS: Artmed, 1999.

VILELA, Rita Amélia Teixeira; NAPOLES, Juliane Noack. A pesquisa sociológica “Hermenêutica objetiva”: novas perspectivas para a análise da realidade educacional e de práticas pedagógicas. *Anais da 31ª Reunião Anual da Anped*. Caxambú, 2008.